

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2015.00008967-7

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Alexandre Schmitt dos Santos; o **Município de Jaraguá do Sul**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro Barra do Rio Molha, nesta Cidade, neste ato representado pelo Prefeito, Antídio Aleixo Lunelli; a **Fundação Jaraguense de Meio Ambiente – FUJAMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 07.622.131/0001-50, representada neste ato por seu Presidente, Normando Zitta Júnior; e **Polimix Concreto Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 29.067.113/0295-00, localizada na Rodovia BR-280, Km 54, Bairro Corticeira, na Cidade de Guaramirim, neste ato representada por seu responsável legal, Ramon Adam Pereira; **Marchitex Malharia e Confecções Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 83.441.733/0001-99, com sede na Rua Jorge Czerniewicz, n. 397, Bairro Czerniewicz, nesta Cidade, neste ato representada por seu sócio administrador, Rodolfo Marchi; **Camargo Comércio de Areia Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 24.170.593/0001-00, com sede na Rua Roberto Ziemann, n. 3440, Bairro Czerniewicz, nesta Cidade, neste ato representada por seu sócio administrador, Antônio Carlos Camargo; **Renato Tomelin Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 81.866.980/0001-01, com sede na Rua Gustavo Rubin, n. 289, Bairro Avaí, na Cidade de Guaramirim, neste ato representada por seu sócio administrador, Renato Tomelin; **ADE Terraplanagem Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 81.628.984/0001-51, com sede na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 4867, Bairro Centenário, nesta Cidade, neste ato representada por seu sócio administrador, Carlos Eduardo Goetz e **Walmor Theilacker**, brasileiro, casado, autônomo, portador da CI n. 5.428.576-3/SSP-SC, inscrito no CPF sob o n. 310.551.179-20, residente e domiciliado na Rua Argentina, n. 95, Bairro Centro, nesta Cidade; autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e:

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, em face do disposto no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça Inquérito Civil, autuado sob o n. **06.2015.00008967-7**, instaurado para investigar descarte irregular de entulhos em área de preservação permanente, nos imóveis cadastrados sob os números 55.666, 55.665 e 24.679, localizados na Rua 13 de Maio, Bairro Czerniewicz, nesta Cidade, os dois primeiros de propriedade de Walmor Theilacker e o último de propriedade do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que foram registrados, por meio de fotografias, alguns dos descartes realizados no local;

CONSIDERANDO que o imóvel está situado em Área Urbana Consolidada Previamente Identificada, nos termos da Lei Municipal n. 7235/2016;

CONSIDERANDO que o material irregularmente depositado foi integralmente removido do local pelo Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que, conforme o Decreto n. 12.443/2018, de 20 de novembro de 2018, a Unidade Padrão Municipal (UPM) foi fixada em R\$ 184,89 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) para o exercício de 2019.

CONSIDERANDO, afinal, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, previsto nos artigos 127 e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625/93, artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 e, ainda, no artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85.

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª: Compromete-se "**Polimix Concreto Ltda.**", a título de medida de compensação ambiental, a depositar, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura do presente, o valor de 15 UPMs (Unidade Padrão Municipal), totalizando R\$ 2.773,35 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na conta específica dos recursos oriundos da Lei Municipal nº 7.235/2016 (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente nº 71023-5, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, de titularidade do Município de Jaraguá do Sul), que trata da Regularização Fundiária em Área Urbana Consolidada, cujo uso se dará, única e exclusivamente, na forma prevista na Cláusula 7ª do presente TAC;

Parágrafo único: A comprovação do pagamento será feita mediante apresentação do comprovante definitivo de depósito à Procuradoria-Geral do Município e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento;

CLÁUSULA 2ª: Compromete-se "**Marchitex Malharia e Confeções Ltda.**", a título de medida de compensação ambiental, a depositar o valor de 15 UPMs (Unidade Padrão Municipal), totalizando R\$ 2.773,35 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na conta específica dos recursos oriundos da Lei Municipal nº 7.235/2016 (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente nº 71023-5, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, de titularidade do Município de Jaraguá do Sul), que trata da Regularização Fundiária em Área Urbana Consolidada, cujo uso se dará, única e exclusivamente, na forma prevista na Cláusula 7ª do presente TAC;

Parágrafo 1º: o pagamento da medida de compensação será feito em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) cada uma;

Parágrafo 2º: O pagamento das parcelas será feito até o décimo dia de cada mês, vencendo a primeira no dia 10 de abril de 2019. Em caso de atraso, incidirá multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM;

Parágrafo 3º: A comprovação do pagamento será feita mediante apresentação do comprovante definitivo de depósito à Procuradoria-Geral do Município e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento.

CLÁUSULA 3ª: Compromete-se a empresa "**Camargo Comércio de Areia Ltda.**", a título de medida de compensação ambiental, a depositar o valor de 15 UPMs (Unidade Padrão Municipal), totalizando R\$ 2.773,35 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na conta específica dos recursos oriundos da Lei Municipal nº 7.235/2016 (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente nº 71023-5, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, de titularidade do Município de Jaraguá do Sul), que trata da Regularização Fundiária em Área Urbana Consolidada, cujo uso se dará, única e exclusivamente, na forma prevista na Cláusula 7ª do presente TAC;

Parágrafo 1º: o pagamento da medida de compensação será feito em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) cada uma;

Parágrafo 2º: O pagamento das parcelas será feito até o décimo dia de cada mês, vencendo a primeira no dia 10 de abril de 2019. Em caso de

atraso, incidirá multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM;

Parágrafo 3º: A comprovação do pagamento será feita mediante apresentação do comprovante definitivo de depósito à Procuradoria-Geral do Município e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento;

CLÁUSULA 4ª: Compromete-se a empresa "**Renato Tomelin Eireli**", a título de medida de compensação ambiental, a depositar, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura do presente, o valor de 15 UPMs (Unidade Padrão Municipal), totalizando R\$ 2.773,35 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na conta específica dos recursos oriundos da Lei Municipal nº 7.235/2016 (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente nº 71023-5, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, de titularidade do Município de Jaraguá do Sul), que trata da Regularização Fundiária em Área Urbana Consolidada, cujo uso se dará, única e exclusivamente, na forma prevista na Cláusula 7ª do presente TAC;

Parágrafo 1º: o pagamento da medida de compensação será feito em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) cada uma;

Parágrafo 2º: O pagamento das parcelas será feito até o décimo dia de cada mês, vencendo a primeira no dia 10 de abril de 2019. Em caso de atraso, incidirá multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM;

Parágrafo 3º: A comprovação do pagamento será feita mediante apresentação do comprovante definitivo de depósito à Procuradoria-Geral do Município e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento;

CLÁUSULA 5ª: Compromete-se a empresa "**ADE Terraplanagem Ltda.**", a título de medida de compensação ambiental, a depositar o valor de 15 UPMs (Unidade Padrão Municipal), totalizando R\$ 2.773,35 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na conta específica dos recursos oriundos da Lei Municipal nº 7.235/2016 (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente nº 71023-5, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, de titularidade do Município de Jaraguá do Sul), que trata da Regularização Fundiária em Área Urbana Consolidada, cujo uso se dará, única e exclusivamente, na forma prevista na Cláusula 7ª do presente TAC;

Parágrafo 1º: o pagamento da medida de compensação será feito em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

cada uma;

Parágrafo 2º: O pagamento das parcelas será feito até o décimo dia de cada mês, vencendo a primeira no dia 10 de abril de 2019. Em caso de atraso, incidirá multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM;

Parágrafo 3º: A comprovação do pagamento será feita mediante apresentação do comprovante definitivo de depósito à Procuradoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento;

CLÁUSULA 6ª: Compromete-se o "**Município de Jaraguá do Sul**", a título de medida de compensação ambiental, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente, a protocolar, na FUJAMA, Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), elaborado por profissional habilitado, prevendo a recomposição da vegetação entre a margem do Rio Itapocú e a LMC ou o traçado da via projetada (o que for menor), nos imóveis cadastrados sob os números 55.666, 55.665 e 24.679, localizados na Rua 13 de Maio, Bairro Czerniewicz, nesta Cidade, os dois primeiros de propriedade de Walmor Theilacker e o último de propriedade do Município de Jaraguá do Sul;

Parágrafo 1º: Caso a FUJAMA exija adequações no PRAD, compromete-se o Município de Jaraguá do Sul a providenciá-las, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data em que tomar ciência da decisão do órgão municipal;

Parágrafo 2º: Uma vez homologado o PRAD, compromete-se Município de Jaraguá do Sul a executá-lo, cumprindo rigorosamente o cronograma de implantação aprovado pela FUJAMA;

Parágrafo 3º: Compromete-se o Município de Jaraguá do Sul, assim que o Projeto de Recuperação de Área Degradada estiver aprovado, a encaminhar cópia ao Ministério Público, para que seja juntado ao procedimento de acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta;

CLÁUSULA 7ª: Compromete-se o **Município de Jaraguá do Sul** a utilizar o dinheiro recebido na forma das Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, única e exclusivamente para:

- I. A aquisição de imóveis localizados em áreas inundáveis do Município de Jaraguá do Sul, preferencialmente em áreas de preservação permanente localizadas à margem de cursos d'água;
- II. O pagamento de serviços e/ou a compra de equipamentos destinados à recuperação ambiental, bem como para a implantação de parques públicos nos imóveis adquiridos na forma do inciso

anterior, destinados a receber água fluvial em caso de inundações e ao uso da população em geral nos períodos em que os rios estiverem em seus níveis normais, mitigando os impactos dos recorrentes eventos climáticos em Jaraguá do Sul;

Parágrafo único: Compromete-se o Município de Jaraguá do Sul, no prazo de um ano, a contar da data de assinatura do presente, a prestar contas ao Ministério Público, apresentando relatório com os valores recebidos e sua destinação;

CLÁUSULA 8ª: Compromete-se o **Município de Jaraguá do Sul** a fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelas compromissárias nas Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, comunicando ao Ministério Público, no prazo de 20 (vinte) dias, em caso de descumprimento do prazo;

CLÁUSULA 9ª: Compromete-se a **FUJAMA** a fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município na Cláusula 6ª, bem como o atendimento de eventuais condicionantes do licenciamento ambiental, comunicando ao Ministério Público, no prazo de 20 (vinte) dias, em caso de descumprimento, apresentando relatório anual da execução do PRAD;

CLÁUSULA 10ª: Compromete-se **Walmor Theilacker** a permitir a execução das obras de implantação do PRAD previsto na Cláusula 6ª, nos imóveis de sua propriedade;

CLAÚSULA 11ª: Em caso de descumprimento injustificado das obrigações previstas nas Cláusulas Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, acima descritas, os compromissários incorrerão em multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, a ser recolhida 50% (cinquenta por cento) ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados – FRBL (Banco do Brasil, agência 3582-3, conta corrente 63.000-4, CNPJ n. 76.276.849/0001-54) e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUJAMA (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente 38-6, operação 006, CNPJ n. 07.622.131/0001-50);

CLAÚSULA 12ª: Em caso de descumprimento injustificado das obrigações previstas na Cláusula 7ª, no que diz respeito ao desvio de destinação dos valores recebidos, o Município de Jaraguá do Sul incorrerá em multa equivalente ao dobro do numerário utilizado para finalidade diversa, a ser recolhida 50% (cinquenta por cento) ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados – FRBL (Banco do Brasil, agência 3582-3, conta corrente 63.000-4, CNPJ n. 76.276.849/0001-54) e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUJAMA (Caixa Econômica Federal, agência 2707, conta corrente 38-6, operação 006, CNPJ n. 07.622.131/0001-50);

CLAÚSULA 13ª: Compromete-se o **Ministério Público** a não adotar

qualquer medida judicial, de cunho civil, contra os compromissários, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de condutas seja cumprido;

CLAÚSULA 14ª: O descumprimento dos compromissos previstos nas cláusulas acima facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título;

Assim, justos e acertados, firmam as partes o presente termo de compromisso em 08 (oito) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, tão logo homologado pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público, consoante dispõe o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2019.

Alexandre Schmitt dos Santos
Promotor de Justiça

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito de Jaraguá do Sul

Normando Zitta
Presidente da Fujama

Eduardo Bertoldi
**Secretário Municipal de
Planejamento e Urbanismo**

Onésimo José Sell
**Secretário Municipal de Obras
e Serviços Públicos**

Rodolfo Marchi
**Marchitex Malharia e Confecções
Ltda.**

Antônio Carlos Camargo
Camargo Comércio de Areia

Ramon Adam Pereira
Polimix Concreto Ltda.

Renato Tomelin
Renato Tomelin Eireli

Carlos Eduardo Goetz
ADE Terraplanagem Ltda.

Walmor Theilacker
Compromissário